

EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BAIANA

Jairo Simões

1. O FINAL DOS ANOS 50

Ao final da década dos 50, a economia baiana vivia uma fase difícil. Não teria sido uma etapa de involução ou de estagnação. Mas, como talvez outras tantas, na história estadual — de um lento progredir. Só que, agora, especialmente inquieta diante de mudanças vigorosas que a estrutura produtiva experimentava no Centro-Sul do País, sem que nos trouxessem, ainda, reflexos significativos dessa dinamização. Além do mais, alguns eventos ocorridos ao longo da década, esperava-se que já houvessem sido capazes de desembocar diretamente em ampliação significativa da renda e do emprego entre nós. Isso, entretanto, só ocorreria quase um decênio adiante, como se estivéssemos diante de uma bomba de efeito retardado.

As estatísticas da época mostravam o quadro de uma economia

Universitas, Salvador Nº 22: (101 - 113) 1978.

tipicamente subdesenvolvida. Assim, por exemplo, era enorme a nossa dependência do setor primário — sujeito este, ainda, a uma arcaica tecnologia e a relações produtivas caracteristicamente pré-capitalistas: cerca de 65% da nossa população economicamente ativa (eram 79%, em 1950) concentravam-se nas atividades agropecuárias. Contrariamente, era diminuto, ainda, o peso do setor industrial em relação à Renda Interna, ficando em torno dos 13%, com uma evolução também excessivamente lenta desde que consideremos que tal participação se mantinha praticamente inalterada, desde os primeiros anos do pós Guerra.

Os baianos, àquela altura de sua história, tinham sido capazes sem dúvida, de ajudar vigorosamente a industrialização paulista que, a partir dos anos 30, havia fixado definitivamente o seu papel altamente dinâmico no crescimento econômico brasileiro. A ajuda se fazia não só em termos financeiros (especialmente através do grande saldo de divisas proveniente de nossas exportações para o Resto do Mundo, avidamente disputado pelas indústrias meridionais, para importação, principalmente, de bens de capital) mas também através de braços: éramos então, com efeito, o maior Estado de emigrantes dentre todos da Federação, com a característica adicional de haver sido crescente esse fluxo migratório de boa parcela de nossa população jovem, no transcorrer dos anos 50. Não se imagine, porém, que a imigração de baianos obedeceu apenas aos “fatores atrativos” da exuberante economia do Centro-Sul brasileiro. Ela foi também conseqüência, em grande parte, dos chamados “fatores repulsivos” ou seja, das dificuldades que caracterizavam a economia estadual e que se acentuavam diante da extrema dependência em que vivíamos, quer dos elementos naturais — de que as secas periódicas, constituíam o aspecto mais dramático — quer das oscilações dos mercados internacionais de matérias-primas.

Uma das facetas da dependência e da nossa vulnerabilidade estrutural podia ser claramente aferida da análise estatística do nosso comércio exterior: em 1958, só o cacau em amêndoas representou nada menos que 49,7% de nossas exportações. E se adicionássemos os valores obtidos com as vendas externas de derivados de cacau, constataríamos que da cacauicultura dependia o nosso comércio exportador, em proporções gigantescas: quase 70%. Por outro lado, os produtos acabados compunham nada menos que 87% das importações estaduais, com real destaque dos bens de consumo (alimentos principalmente) que representavam 55% do total de nossas compras.

Se, em termos de Nordeste, a posição da Bahia evoluía de modo favorável (nossa participação no valor total de transformação industrial, na região, passou, por exemplo, de 14,1% em 1949 para 24,8% em 1959), tem-se que admitir que o dado era pouco significativo, diante da pobreza regional e do frágil papel então representado pelo setor manufatureiro. Outros números serão talvez mais esclarecedores: em 1958, por

exemplo, o consumo de energia elétrica, pelo Estado da Bahia, foi de apenas 67.000 Kwh, quando era de quase o triplo o total apresentado por Pernambuco (197.000 Kwh), para não se falar de outras unidades federativas mais dinâmicas (o consumo do Rio Grande do Sul foi de 250.000 Kwh e o de São Paulo, de 3,4 milhões de Kwh).

Convém acentuar, efetivamente, como atrás o fizemos, que a década dos 50 não foi um período de involução ou mesmo de estagnação da economia baiana. O produto interno bruto (PIB) estadual cresceu, por exemplo, durante o primeiro quinquênio, a uma taxa média anual de 5,5% elevando-se um pouco (6,5%) no quinquênio subsequente (1955-60). A verdade, porém, é que o pequeno equipamento produtivo com que contávamos não se refletia, ante aqueles índices de crescimento, em significativo aumento, em termos absolutos, dos níveis de renda e de emprego. Além do mais — vale insistir — a grande euforia vivida pela economia do Centro-Sul, ante os maciços investimentos que então recebia, especialmente no setor da indústria pesada — dotada, por sua vez, de altíssimo efeito multiplicador — punha em contraste a situação de todo o Nordeste, abalado, ao final daquela década, por uma das maiores estiagens de sua longa história de sacrifícios.

O analista de hoje não pode também esquecer que foi exatamente na mencionada década que os baianos, através da criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e dos trabalhos pioneiros então por ela produzidos, passaram a tomar afetiva consciência do seu atraso econômico e a alimentar dentro de si o inconformismo com aquela situação. A elite intelectual baiana e a classe dirigente debruçavam-se diante do chamado “enigma baiano”: como explicar a persistência do atraso econômico de um Estado com tantas riquezas naturais, facilmente exploráveis? Decifrá-lo foi o primeiro esforço, quando a etiologia do “enigma” foi fixada a partir da extrema dependência do mercado externo, da escassa poupança e, sobretudo, das limitadas e desorganizadas oportunidades de investimento.

A conclusão não poderia ser outra: a perseguição de metas ambiciosas de crescimento, especialmente a da industrialização. Essa inquietação intelectual, somada à frustração pela não concretização imediata dos objetivos perseguidos, deve ter sido também responsável pela sensação maior de dificuldades, daqueles últimos anos dos 50.

2. OS FATORES DA DINAMIZAÇÃO

Na verdade, porém, a década há pouco mencionada e os primeiros anos da subsequente — o analista de hoje pode afirmá-lo com maior convicção — foram responsáveis por uma série de eventos, sem os quais

teria sido impossível a eclosão, na segunda metade dos anos 60, do regionalmente vigoroso processo industrial, cuja história ainda não terminou. Sem nenhuma ordem de prioridade, podemos relacionar os seguintes acontecimentos:

a) implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), proporcionando oferta de energia compatível com as pretensões industrialistas, embora à época constituísse motivo de grande debate uma vez que não eram poucos os técnicos e políticos que desaconselhavam o extraordinário empreendimento sob a alegação de que o Nordeste, no curso de alguns decênios, não teria capacidade de absorver a energia produzida pela grande usina — alegação que o primeiro quinquênio da CHESF facilmente desmentiu;

b) criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com sede em Fortaleza e que, ademais da estrutura que instituiu para financiar projetos importantes para o desenvolvimento nordestino (industriais sobretudo), surgiu também como o primeiro e grande organismo regional interessado na formação e treinamento de especialistas em desenvolvimento econômico;

c) criação da Petrobrás e sua atuação no Recôncavo, liquidando grandes faixas de sua economia predominantemente agrária e mercantil e propiciando, na zona de influência de Salvador, notável ampliação de renda e do emprego tendo em vista, principalmente, o grande efeito multiplicador de seus investimentos;

d) criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) que, quase um lustro antes da própria fundação da SUDENE, defendia, entre outras medidas capazes de acelerar o desenvolvimento estadual, a implantação de um parque industrial de porte, basicamente voltado para o aproveitamento de nossas riquezas naturais abundantes, não devendo ser também esquecido que o organizador e primeiro chefe da CPE — Rômulo Almeida — havia sido, anos antes, exatamente o primeiro presidente do Banco do Nordeste do Brasil, de que falamos acima;

e) instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sediada no Recife, com o objetivo de estudar os problemas da região e, pouco depois, criando grandes estímulos à industrialização regional, devendo-se também lembrar que a entidade nasceu e cresceu sob o influxo de uma filosofia que emprestou absoluta prioridade ao setor industrial, por entendê-lo como único realmente dinâmico para estimular o desenvolvimento, insurgindo-se assim, contra o tradicional modelo baseado no incentivo maior aos produtos primários de exportação;

f) início de processo intensificado de urbanização, ampliando,

sobretudo nas capitais dos estados nordestinos, os mercados de produtos manufaturados, assim justificando, regionalmente, a implantação de inúmeras indústrias — principalmente aquelas que deveriam substituir importações de outras áreas do País;

g) integral asfaltamento da estrada de rodagem Rio-Bahia (atual BR-316) — num instante em que a indústria automobilística brasileira tomava vulto — revelando a privilegiada posição da Bahia no eixo Norte-Sul do Brasil, inclusive no que diz respeito à implantação de investimentos voltados para os mercados do Centro-Sul;

h) intensificação do processo diversificador do setor primário (sobretudo com o desenvolvimento da pecuária), estimulando a retenção, no Estado, de poupanças locais;

i) mudança no comportamento do empresariado local, fugindo ao tradicional comportamento patronal em sociedade agrário-mercantil e que passou a adotar cada vez mais, junto ao setor governamental, uma posição que não se compunha na antiga fórmula de reivindicar redução de impostos mas a de lutar pela realização de obras construtivas de "capital social básico", especialmente estimulante para os investimentos industriais;

j) reforma administrativa do Estado que, ao erigir princípios básicos da máquina burocrática — como o do planejamento — e ao criar novos órgãos na estrutura de governo (Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, etc.) estabeleceu marcos institucionais altamente facilitadores do processo industrial que começava a eclodir.

3. O CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU

Verdade é que a primeira metade da década de 60 foi especialmente ingrata, para a economia baiana. Nosso produto interno bruto cresceu a uma taxa média anual de 3,8% — bem abaixo das verificadas no decênio anterior, atrás referidas. Foi também, fraco o desempenho do setor agropecuário. E muito mais fraco o comportamento do setor industrial — que chegou a apresentar, no quinquênio, uma taxa média negativa (-2,5%).

A série daqueles fatores positivos para a industrialização — tomada esta como o elemento condutor do crescimento baiano, dotado de maior dinamismo entre todas as alternativas historicamente viáveis, no passado recente — haveria de refletir-se, contudo, em medidas concretas,

já na segunda metade dos anos 60. E certamente nenhum empreendimento materializou essa múltipla influência de fatores como o Centro Industrial de Aratu (CIA) organizado, pelo governo estadual, no início de 1967 (gestação Lomanto Júnior), já dispondo de terras adquiridas pelo mesmo governo, onde se iniciaria a implantação de um ambicioso distrito industrial. O CIA, sob forma planejada, aparecia também como a conclusão objetiva de um longo processo de estudos de localização para indústrias, que se desenvolvera desde a metade dos anos 50. Foi, sem dúvida, o elemento-chave, na história recente da economia baiana, para a atração de empreendimentos, também complementando o sistema de estímulos financeiros criado pelo governo federal, para a região nordestina.

O certo é que, a partir da segunda metade dos anos 60, especialmente com os investimentos na área de Aratu, a Bahia tomou vulto em sua industrialização. Os primeiros dados regionais começavam a falar, então, em nosso favor: passamos a atrair o maior volume de incentivos fiscais à indústria (derivados do então sistema do "34/18"), dentre todos os estados nordestinos. Em fins de 1967 já havíamos absorvido mais de 40% daqueles recursos, tomando-se mesmo o período total de funcionamento do sistema. O dado era significativo ainda mais quando nossa participação, no início de 1963, não ia além dos 15% (Pernambuco aproximava-se, então, dos 50%).

A partir de 1970, em que pese a existência de graves problemas em relação a algumas de suas unidades, pode-se dizer que o CIA, como um todo, ganhou maturidade, e, conseqüentemente, irreversibilidade. Dados recentes levantados pelo CEPLAB dão conta de que a participação do Centro de Aratu, na estrutura industrial do Estado (valor da produção), evoluiu de 6,1% em 1970, para 13% em 1974. Os estudos para o ano de 1975 elevam aquela participação para 16,1% e, para 1977, chega-se a estimá-la em torno dos 20%. Observa-se também que o valor das unidades produzidas por suas fábricas cresceram, entre 1970 e 1976 (a preços constantes de 1976, eliminada dos cálculos, conseqüentemente, a influência da inflação), a uma taxa média anual de ordem de 43%, valendo esclarecer, adicionalmente que, para a referida produção, as indústrias do CIA devem utilizar menos de 80% de sua capacidade instalada.

Por outro lado, a estrutura industrial do Centro de Aratu é expressiva de um parque voltado para a fabricação de bens de produção: tomando-se ainda o valor produzido (ano de 1976), a pesquisa do CEPLAB aponta uma maior incidência das indústrias metalúrgicas (33,4% do total daquele valor), vindo a seguir as petroquímicas (23,7%), as de transporte (19,1%) e as de minerais não metálicos (12,8%). Compreende-se, a partir daqui, o funcionamento, como um todo, do referido parque industrial, muito menos voltado para os mercados baia-

nos e nordestinos (nestes — incluídas as próprias indústrias do CIA e do COPEC — suas vendas não vão acima de 32%). Com efeito o destino de seus produtos é basicamente o restante do Brasil (62,5%). Também suas compras são fundamentalmente originárias do restante do País (excluído aqui, por conseguinte, o Nordeste, inclusive a Bahia): 34,6% do total. O Resto do Mundo, por sua vez, se recebe poucas mercadorias do CIA, (5,1% apenas do valor total das vendas do Centro), ocupa posição de destaque, no fornecimento de matérias-primas, geralmente industrializadas (34,4% do valor total adquirido). Esses dados se completam com um outro: é também diminuta a participação do empresariado local, em Aratu, estimando-se em apenas 11,9% a presença do capital privado da Bahia, no referido parque.

Como se disse anteriormente, o Centro Industrial de Aratu, hoje com uma centena de fábricas produzindo, é irreversível. O fluxo de renda e de bens gerados, os cerca de 20 mil trabalhadores ali diretamente empregados, o adensamento de obras de infra-estrutura, com o destaque das portuárias, a proximidade de uma metrópole como Salvador, o mercado em potencial representado pelas indústrias de Camaçari, os subsídios já recebidos sob forma variada, o grau de competição nacional de suas fábricas, tudo isso forma um conjunto de fatores em proveito daquela irreversibilidade. Sem dúvida a importância relativa do CIA, no setor industrial baiano, é que poderá diminuir, à medida que entrem em operação as plantas do Polo Petroquímico. Os primeiros sinais desse fenômeno já se fazem sentir, quando comparamos, por exemplo, as estatísticas de crescimento do valor produzido nos três últimos anos, com o período mais exuberante do CIA (1972 e 1974). Vale a pena repetir, porém, que nada pode retirar a grande importância do Centro Industrial de Aratu, na história das industrializações baiana e nordestina.

4. O QUADRO ATUAL

O esforço industrializador dos anos 60 se desenvolveu, basicamente, em Salvador e arredores — com maior ênfase no Centro Industrial de Aratu. No entanto, se na maior parte das grandes cidades interioranas fracassou a tentativa da consolidação de distritos industriais de segundo nível, deve-se reconhecer que algumas cidades também ajudaram naquele esforço, mediante a implantação de fábricas, de pequeno e médio portes em geral, dentro ou fora de “distritos”, cujos resultados positivos estão a aparecer, nos anos recentes, nas estatísticas oficiais. Sem a preocupação de fazer uma relação completa, pode-se destacar o empenho industrializador que tem tido lugar em cidades como Feira de Santana, Santo Amaro, Alagoinhas, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Itapetinga, Jequié, Brumado, Cruz das Almas.

Por sua vez, a produção agrícola mantém-se sujeita a bruscas oscilações, com anos bons e anos maus e não raras frustrações de colheita, em boa parcela devido às longas estiagens que freqüentemente violentam a agricultura de alimentos. A pecuária bovina demonstra um contínuo aprimoramento, com a diversificação do plantel e a melhoria de sua qualidade, mas seu ritmo de crescimento, ainda que constante, permanece abaixo dos próprios índices de expansão da economia como um todo. Segundo análise do Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), no setor primário estadual, as formas capitalistas de produção — dotadas, conseqüentemente de maior organização — só são encontradas nas zonas úmidas ou nas áreas irrigadas, alcançando geralmente culturas voltadas para a exportação, como o cacau e o fumo. A produção de alimentos continua sujeita, como regra geral, aos pequenos estabelecimentos rurais, menos beneficiados pela política creditícia e sujeitos, ainda, a uma anacrônica tecnologia.

Pelo que acabamos de escrever, fica fácil entender os índices de expansão do Produto Interno Bruto baiano e a grande influência, sobre os mesmos, do crescimento industrial. Em verdade, depois de uma evolução, no primeiro quinquênio dos 60, obedecendo a uma taxa média anual de 3,8% o PIB melhorou o seu ritmo significativamente, passando nos anos 1965-70 para uma média anual de 5,2% e, no quinquênio 1970-75, para 9,9%. Calcula-se que, em 1976, tenha baixado para cerca de 6% mas as estimativas oficiais apontam para uma recuperação, em 1977, no mesmo nível de 1970-75 (9,9%). Pois bem, enquanto as taxas de crescimento da agropecuária se mantiveram sempre abaixo dos percentuais de crescimento do PIB como um todo, os dados expõem, com nitidez, a grande influência do setor industrial que, entre 1965 e 1970, cresceu a uma taxa média anual de 15% passando a 16,5% no quinquênio subseqüente.

As mudanças estruturais da economia baiana — tomada a sua evolução nos últimos 20 anos — revelam-se também através de outros elementos estatísticos, talvez mais convincentes. A participação percentual do setor manufatureiro, na composição de Renda Interna, por exemplo, em 1970, já se equiparava à do setor primário, ultrapassando-a levemente até (23,5 contra 23,1). Esse predomínio, contudo, torna-se indiscutível ao final do quinquênio: 29,3% contra 19,2%. Por outro lado, em que pese o grande crescimento, em valores constantes, das nossas exportações (150%), entre 1970 e 1975 — o cacau continuando no seu posto de liderança, entre os demais produtos — o certo é que cerca de 40% das exportações estaduais já eram representados por bens manufaturados e bens semifaturados da indústria de transformação. Além do mais, cerca de 60% das exportações baianas são feitas atualmente por vias internas — o que significa dizer que diminuiu a dependência da economia local em relação aos mercados externos.

Verdade é que, se estudadas algumas estatísticas macroeconômicas do Brasil e, dentro delas, a participação da Bahia, passarão despercebidas aquelas mudanças que conduzem a um maior dinamismo da economia estadual, nos anos recentes. Assim, por exemplo, em 1970, nossa participação no valor da transformação industrial brasileira não foi além de 1,5%. Também no mesmo ano, a participação baiana na Renda Interna do Brasil apresentava uma cifra modesta: 3,2%. Observando, porém, que em 1974, a participação do Estado no VTI (Valor da Transformação Industrial) aumentou em cerca de 40% (passando para 2,1%) não será exagerado estimar-se também que a participação baiana na Renda Interna brasileira possa chegar, ao final da presente década, na faixa dos 4% ou mesmo 5%. Os dados disponíveis do Produto Interno Bruto (PIB) do País não são muito estimulantes para a Bahia: a participação desta, de 1970 para 1974, caiu, progressivamente, de 2,32% para 2,13%. Mas, em 1975, contata-se uma leve melhoria (2,16%) que alguns estudiosos enxergam, com otimismo, como um sinal dos primeiros dividendos das recentes e maciças inversões no Estado e como uma tendência pelo menos de contenção do declínio na apontada participação estadual no PIB nacional.

Já em termos nordestinos, a economia baiana continua em destaque o que é significativo, diante da boa evolução do PIB regional no quinquênio 1970-75, com uma taxa média anual de 10,4% praticamente igual à taxa brasileira (10,9%) e um pouco superior à do Estado da Bahia (9,9%). Efetivamente, a participação baiana na Renda Interna Regional foi, em 1970, de 30,1%; quanto à participação do VTI do Nordeste, de 26,8% em 1970, evoluiu para 32,5% em 1974. Tomando também os projetos aprovados pela SUDENE, até 1977, para efeito da obtenção de incentivos fiscais, observa-se que os empreendimentos na Bahia ocuparam quase a quarta parte (22,1%) do total de empregados naqueles projetos, absorveram cerca da terça parte (33,7%), dos recursos de incentivos ("Finor", em sua configuração atual), e representaram pouco menos da metade (43,6%) do investimento total projetado.

Nos anos próximos, tudo leva a crer que a economia baiana aumentará, significativamente, sua participação na Renda Interna nordestina e mesmo na brasileira. A responsabilidade maior desse feito caberá ao Polo Petroquímico de Camaçari, cujos primeiros e decisivos esforços de implantação datam do final dos anos 60 (governo Luiz Viana Filho), cuja decisão de criação, pelo governo federal, foi obtida em 1971 (governo Antônio Carlos Magalhães) e cujas plantas matrizes começaram a entrar em operação, em 1978 (governo Roberto Santos). Pela sua magnitude, os investimentos já realizados na área são, por si sós, reveladores da importância do empreendimento. Só o governo estadual, por exemplo, através do COPEC (Coordenação do Complexo Petroquímico de Camaçari) investiu, em obras infraestruturais, soma que se estima além de Cr\$ 1 bilhão, devendo, até 1980, totalizar gastos (a preços do

ano de 1978) da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões, valendo acrescentar que de tais somas estão excluídas obras e serviços (água, energia, habitação, etc.) diretamente vinculados a organismos da administração descentralizada — para não falar também das inversões diretamente a cargo da Prefeitura Municipal de Camaçari.

Alguns documentos sobre a matéria e, principalmente, declarações de dirigentes do COPEC, permitem alinhar as seguintes vantagens do II Polo Petroquímico nacional, para as economias baianas, nordestina e brasileira:

a) adequado aproveitamento de recursos naturais disponíveis no território baiano (nafta e gás natural);

b) investimentos industriais — computadas as unidades em operação, em construção e com projetos aprovados — totalizando cerca de 2,5 bilhões de dólares, o que equivale a mais ou menos 85% do PIB estadual;

c) a partir de 1980, quando em plena produção apenas o conjunto de fábricas da Área do Complexo Básico, uma economia de divisas para o País da ordem de 800 milhões de dólares anuais — o que ultrapassa toda a receita anual proveniente da exportação de cacau;

d) estímulo à criação de outras indústrias (com um efeito multiplicador superior ao do CIA como um todo) não só de natureza petroquímica — compondo um complexo integrado de que não há outro exemplo, no Nordeste — como também fora do setor referido;

e) aumento do número de empregados, na faixa principalmente da mão-de-obra qualificada (só o Complexo Básico demandará 12 mil empregados diretos);

f) aumento considerável dos recursos tributários, principalmente de ICM, IPI e IR, aumentando a capacidade de investir do setor governamental, notadamente nos planos estadual e municipal;

g) reflexos sobre o setor terciário, com destaque para os serviços oferecidos por Salvador.

5. CONCLUSÕES

Inúmeras conclusões podem ser extraídas da análise da economia baiana, nos dois últimos decênios, com base inclusive em aspectos outros que deixaram de ser aqui tratados, pelo caráter de generalidade do

trabalho. Sem dúvida, o primeiro ponto a destacar é a clara mudança estrutural da economia estadual, com crescente participação do setor manufatureiro na formação da Renda Interna — tendência a avolumar-se, nos anos próximos, como consequência da atuação das indústrias do Polo Petroquímico.

A concentração espacial do setor secundário deverá, pelas mesmas razões, acentuar-se em favor da região metropolitana de Salvador, aumentando ainda mais os fatores de atração de mão-de-obra interiorana e originária de outros estados, especialmente do Nordeste, embora pondo em perigo as já desgastadas condições de um centro urbano que constitui um dos maiores polos turísticos do País. Tal concentração, por sua vez, promete piorar, ainda mais, a péssima distribuição da renda interna, dada a crescente densidade de capital, nos empreendimentos recentes; a participação dos assalariados no PIB, por exemplo, mostra-se decrescente, nos últimos anos (de 34,6%, em 1970, para 33% em 1974), fenômeno que se agrava no setor industrial (nas empresas do CIA, por exemplo, a participação do custo de mão-de-obra no Valor Agregado Bruto, desceu vertiginosamente de 67,5% em 1971 para 32,4% em 1976). É ainda esse aspecto concentrador de capital que, por sua vez, conduz à frágil participação dos empresários locais, nos empreendimentos industriais, também favorecendo uma posição excessivamente destacada ao capital estrangeiro.

Sinteticamente diríamos que, diante do exposto, a ação da comunidade baiana deverá desenvolver-se em duas grandes direções, se pretender evitar o veloz agravamento de problemas já existentes: de um lado, cuidar da criação de maiores oportunidades de emprego nas zonas interioranas (a reforma agrária teria que desempenhar, aqui, papel destacado) e, de outro lado, evitar, na medida do possível, o agravamento dos males que a industrialização já nos apresenta, como a grande concentração da renda aqui gerada e a poluição ambiental. Da eficácia ou não desse duplo combate, dependerão, em grande parte, nos anos vindouros, os êxitos e os fracassos da economia baiana, sem que se possam esquecer, pela óbvia importância, os poderosos mecanismos da política econômica nacional, capazes de viabilizar, por si mesmos, a eficácia ou ineficácia daquele combate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador, Livraria Progresso, 1958. (Republicação em *Planejamento*, Salvador, 5(4) out.-dez. 1977).
- BAHIA. Centro Industrial de Aratu. 10 anos do Centro Industrial de Aratu. Aratu, Salvador, 8(59 especial) 1976.

- BRITO, Raimundo Mendes. Raimundo Brito fala sobre as vantagens do Complexo Petroquímico. Entrevista. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 29 jun. 1978.
- CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA (CEPLAB). Salvador. A fase atual da economia baiana. *Análise conjuntural*, Salvador, 5(1) jan.-mar. 1978.
- _____. A indústria de transformação do Centro Industrial de Aratu. *Análise conjuntural*, Salvador, 5(1) jan.-mar. 1978.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, 31(7) jul. 1977.
- LIMA, Edson Pitta. Centro Industrial de Aratu; pesquisa contesta esvaziamento. Entrevista. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 12 maio 1978.
- MASCARENHAS, José F. *Análise da economia baiana, 1967-1977*. Salvador, Secretaria das Minas e Energia do Estado da Bahia, 1978.
- SIMÕES, Jairo. Bahia; aspectos do desenvolvimento industrial. *Jornal da Bahia*, Salvador, 26 set. 1968.
- _____. Bahia; industrialização e subdesenvolvimento. *Revista da Bahia*, Salvador, 6(7) dez. 1967.

SUMMARY

All through the 50's and early 60's Bahian economy received numerous incentives, all capable of vigorously stimulating it. However, those dynamic factors have only yielded effective results in the latter half of the 60's, and it is certainly true that no initiative materialized this influence as well as the Industrial Center of Aratu, a planned industrial district created by the Government in the vicinity of Salvador. The industrial share of our Gross Product experienced considerable growth, causing structural changes and expressing a dynamism on the part of the secondary sector not observed in other areas, especially farming and cattle raising, notwithstanding the permanent preponderance of cocoa and its derived products in the export statistics.

In the period mentioned above Bahian growth, in relation to the Brazilian Northeastern region where the State is located, was salient, but in relation to the country as a whole the figures of the growth of Brazilian economy presented, for the greater part of the period, a faster tempo than those of the Bahian growth, a trend which has begun to reverse in recent years, with a greater impulse from the industrial sector of the State and the start of operation of the units that make up the 2nd. Petrochemical Center of Brazil, also in the vicinity of Salvador.

The present outlook shows that on a par with structural changes the spacial concentration of the industrial sector will tend to intensify itself in the direction of the region of influence of the Capital city. It is also apparent that the distribution of internal income will become worse, due to the growing density of capital in recent initiatives, some of them of great proportions. According to the Author, in order to avoid the

worsening of existing problems, the Bahian community should not only see to it that more job opportunities are created in the inland areas (where agrarian reform should have a decisive role) but also oppose the present evils of industrialization: extreme concentration of income and pollution of the environment.